

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A GOIASFOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Os desembolsos nos programas sociais que tiveram a GoiásFomento como parceira, foram movimentados por meio de cartão de pagamentos e conta digital R\$ 468,3 milhões, com mais de 1.414 milhões de benefícios em 2024 e R\$ 1.379 bilhões acumulados desde junho de 2021, com 4.366 milhões de benefícios desde o início.

Os programas de transferência de renda às famílias proporcionam um fluxo financeiro nas atividades econômicas locais, o que contribui para a geração de emprego e renda nos municípios. Injeções de recursos na economia, proporciona elevação no poder de consumo das famílias de baixa renda, propiciando reflexos positivos para os pequenos empreendedores fornecedores de bens de consumo.

Dessa forma, a situação como agente operador dos recursos em programas de transferências de renda, proporcionou a geração de receitas em 2024 para a GoiásFomento na ordem de R\$ 8 milhões no exercício.

Em relação aos financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, a GoiásFomento vem atuando para a mitigação dos riscos das operações e recuperação de crédito inadimplente e consequentemente elevação no volume financeiro transacionado.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O lucro líquido alcançado em 2024 foi de R\$ 3,6 milhões, enquanto o obtido em 2023 foi de 4,1 milhões, conforme demonstrações financeiras, ou seja, uma variação de 12,5% menor em relação ao exercício anterior. O resultado positivo foi alcançado, principalmente pelo ingresso de receitas oriundas da prestação de serviços na gestão de desembolsos em programas sociais, operationalizados por meio de cartão pré-pago e conta digital, que somadas, alcançaram R\$ 8 milhões no exercício.

Na despesa com pessoal, (incluindo alta administração) a variação em relação ao projetado foi 1,2% maior com variação de R\$ 409 mil e, quando comparada ao ano anterior, foi 9,4% maior.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de R\$ 8,3 milhões em 31/12/2023 para R\$ 8 milhões em 31/12/2024, ou seja, uma redução de R\$ 300 mil no período, enquanto a despesa com provisão foi R\$ 1,4 milhão maior que a obtida no ano anterior.

1.1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS:**INDICADORES**

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2024 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO 2023 (Em R\$ 1.000)	VARIAÇÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	67.263	75.166	-7.903
Resultados Prestação de Serviços	13.868	12.555	1.313
Resultados Operacionais	6.966	7.290	-324
Lucro Líquido Antes de Tributação	6.726	7.281	-557
Lucro Líquido	3.573	4.085	-512
PRINCIPAIS DESPESAS	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Provisão para Devedores Duvidosos	8.914	7.516	1.398
Despesas de Pessoal	34.913	31.914	2.999
BALANÇO PATRIMONIAL	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Ativos Totais	275.912	262.974	12.938
Operações de Crédito	119.884	97.147	22.737
Patrimônio Líquido	202.753	197.979	4.774
INDICADOR FINANCEIRO	(Em %)	(Em %)	(Em %)
Índice de Laturitatividade	5,31%	5,44%	-2,35%

Os ativos totais tiveram aumento de 4,9% quando comparado ao exercício anterior, saído de R\$ 263 milhões para R\$ 276 milhões, ficando R\$ 13 milhões maior. Quanto ao patrimônio líquido houve um aumento de 2,4% passando de R\$ 198 para R\$ 202.

Os desembolsos financeiros em operações de crédito somaram R\$ 66,9 milhões em 1.498 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos em operações de repasse do BNDES.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAXA/FCO/BNDES (FUNGETUR), ao final do exercício de 2024 ficou em R\$ 119,9 milhões, sendo R\$ 22,7 milhões maior em relação a 31/12/2023, enquanto o número de contratos ativos reduziu de 4.434 contratos para 3.467 em 2024, com diminuição de 967 contratos, ou seja, elevou-se o número de operações com valores maiores.

O saldo de recursos em tesouraria passou de R\$ 138,5 milhões no final de 2023 para R\$ 138,2 milhões no final de 2024, ficando praticamente estável com variação de 0,2%.

2. ATUAÇÃO DA GOIASFOMENTO

A GoiásFomento desembolsou R\$ 66,9 milhões em 1.498 operações de crédito, gerando/mantendo 3.192 empregos. Os desembolsos ficaram 67,7% maiores que o alcançado no ano anterior.

As operações de crédito (micr crédito) que tiveram o apoio do Fundo de Equalização para o Empreendedor FUNDEQ, destinado à concessão de subsídios sob a forma de equalização de juros e concessão de garantia por meio do avô das operações de crédito, somaram R\$ 14,9 milhões, com ticket médio de R\$ 16 mil reais.

Como agente operador de programas de transferência de rendas exclusivamente na fase de desembolso de recursos aos beneficiários, como no Mês de Goiás, Aprendiz do Futuro, Bolsa Alfabetizada, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento promoveu em 2024, desembolsos de valores que somaram de R\$ 468,3 milhões.

3. PERSPECTIVAS

A GOIASFOMENTO continuará buscando atuação em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial a Secretaria da Retomada, da SEDS, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e iniciativa privada para a implementação diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

Para 2025, essa agência buscará ampliar créditos para o agronegócio, a ampliação de financiamentos para o micr crédito por meio do FUNDEQ em especial na linha de crédito Mais Crédito. Adoção de ações para ampliação na prestação de serviços às prefeituras municipais na operacionalização de programas sociais dos municípios estão no escopo para o exercício vigente.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2024, destaca a administração profissional esperada para essa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores.

Agradecemos aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiânia (GO), 10 de março de 2025.

ALAN FARIAS TAVARES
Presidente do Conselho de Administração

LUCAS FERNANDES ANDRADE
Diretor-Presidente em Exercício

FERNANDO RUFINO CORDEIRO VERÍSSIMO
Diretor de Operações

LUCAS FERNANDES ANDRADE
Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

ATIVO	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE	196.101	205.189
DISPONIBILIDADES	335	7
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	137.853	138.500
Carteira Própria (NOTA 4)	137.853	138.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	42.209	43.705
Emprestimos Setor Privado	22.187	28.075
Financiamentos Setor Privado	20.056	17.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.975	3.487
Provisão p/ Operac. Créd. Liq. Duvidosa	(5.009)	(5.782)
OUTROS CRÉDITOS	7.757	13.240
Diversos (NOTA 6)	7.931	13.244
Provisão p/ Outros Créditos	(174)	(4)
OUTROS VALORES E BENS	7.947	9.737
Outros Valores e Bens (NOTA 7)	8.259	10.049
Provisão p/ Desv. De Outros Val. e Bens	(312)	(312)
NÃO CIRCULANTE	79.811	57.785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	76.009	54.010
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	68.613	44.644
Emprestimos Setor Privado	32.859	18.713
Financiamentos Setor Privado	31.705	22.185
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.699	6.238
Provisão p/ Operac. Créd. Liq. Duvidosa	(2.650)	(2.492)
OUTROS CRÉDITOS	7.396	9.366
Diversos (NOTA 6)	7.576	9.384
Provisão p/ Outros Créditos	(180)	(18)
PERMANENTE (NOTA 8)	3.802	3.775
INVESTIMENTOS	10	10
Ações	10	10
IMÓVEIS DE USO	3.243	3.317
Terrenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(1.046)	(972)
IMOBILIZADO DE USO	515	414
Imobilizado de Uso	1.998	1.727
Depreciações Acumuladas	(1.483)	(1.313)
IMOBILIZADO EM CURSO	34	34
Outros	34	34
INTANGÍVEL	-	-
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(394)	(394)
TOTAL DO ATIVO	275.912	262.974
PASSIVO	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE	30.730	33.484
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	12.988	15.182
Repasses do País - BNDES	219	494
Repasses do País - FCO	2.332	3.462
Repasses do País - FINEP	948	589
CEF - PNPMO	-	2.037
Repasses do País - FUNGETUR	9.489	8.600
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	17.742	18.302
Sociais Estatutárias	2.986	4.362
Fiscais e Previdenciárias	1.628	1.692
Diversas	13.128	12.248
NÃO CIRCULANTE	42.429	31.511
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	42.429	31.511
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	42.429	31.511
Repasses do País - BNDES	107	107
Repasses do País - FCO	1.942	2.767
Repasses do País - FINEP	6.547	3.791
CEF - PNPMO	-	-
Repasses do País - FUNGETUR	33.940	24.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	202.753	197.979
Capital Social (NOTA 11)	193.234	186.394
Aumento de Capital	-	3.199
Reserva de Lucros	9.519	8.386
TOTAL DO PASSIVO	275.912	262.974

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (Em R\$ mil)

DISCRIM

continuação

f) Garantias - As garantias concedidas à Agência de Fomento de Goiás, são instrumentos utilizados para a mitigação de risco de crédito dos financiamentos concedidos. A Instituição aceita essas garantias de forma isolada ou cumulativamente, sejam: Garantias Reais; Fidejussionárias; Alienação Fiduciárias de Bens Móveis e Imóveis; Caução e Fundos Garantidores de Crédito.

NOTA 6 – Outros Ativos

Descrições	31/12/24	31/12/23
Rendas a receber - Prestação de serviços	2.272	1.724
Outras rendas a receber - convênios	1.474	762
Adiantamentos concedidos	592	160
Creditos tributários (Longo Prazo Nota 15.2)	6.529	8.948
Devedores por outros valores e bens - Leilão	1.404	524
Provisão para outros créditos - Leilão	(354)	(22)
Impostos e contribuições a serem restituídos	607	1.073
Devedores por depósitos em garantia (*)	939	787
Pagamentos a Ressarcir	511	6.561
Outros	1.769	2.089
Totalis	15.153	22.606
Curto Prazo	7.757	13.240
Longo Prazo	7.396	9.366

(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto cíveis.

NOTA 7 – Outros Valores e Bens

a) Resumo das contas

Descrições	31/12/24	31/12/23
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	8.123	9.918
Provisão para desvalorização (b)	(312)	(312)
Despesas antecipadas	136	131
Total	7.947	9.737

b) Ativos não financeiros mantidos para venda – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são levados a leilão público e, conforme normas, por vendas direta.

✓ Esses ativos foram avaliados há menos de um ano.

NOTA 8 – Permanente

Descrições			31/12/24	31/12/23
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Investimentos	-	10	-	10
Imobilizado em curso - Projeto	-	34	-	34
Imóveis de uso - Terrenos	-	2.422	-	2.422
Imóveis de uso - Edificações	4%	1.867	(1.046)	821
Imobilizado de uso	10%	1.998	(1.483)	515
Totalis	-	6.331	(2.529)	3.802

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores atuais.

NOTA 9 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Agência Brasileira de Inovação - FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e Caixa Econômica Federal - CEF e Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Períodos	31/12/24	31/12/23
BNDES	1,10 a.a.	13 meses		31/12/24	31/12/23
Obrigações				219	601
Curto Prazo				948	589

Longo Prazo				6.547	3.791
-------------	--	--	--	-------	-------

FINEP	1,34% a.a.	5 anos/2 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			7.495	4.380
Curto Prazo			948	589
Longo Prazo			6.547	3.791

FCO	9,36% (pré a.a.)	1 ano/4 meses	31/12/24	31/12/23
TFC (pós a.a.)			4.274	6.229
Obrigações			2.332	3.462
Curto Prazo			1.942	2.767
Longo Prazo			-	-

FUNGETUR		31/12/24	31/12/23
Obrigações		43.429	33.446
Curto Prazo		-	2.037
Longo Prazo		-	-
Totalis		55.417	46.693

NOTA 10 – Outras Obrigações

Descrições	31/12/24	31/12/23
Dividendos e bonificações a pagar	2.986	4.362
Subtotal	2.986	4.362
Fiscais e previdenciárias	1.616	1.692
Impostos e contribuições	12	-
Subtotal	1.628	1.692
Credores diversos	8.442	8.315
Provisão de férias e 13 salários	2.678	2.054
Contingências	835	804
Outras	1.173	1.075
Subtotal	13.128	12.248
Totalis	17.742	18.302

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013.

Resolução n° 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e

Resolução n° 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulars, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.

Índice da Basileia II e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/24, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/24	31/12/23
Patrimônio de referência	202.753	194.780
Índice de basileia	51,95%	51,89%
Nível I	42,12%	42,06%
Índice de imobilização basileia	1,88%	1,94%
Limite	101.377	97.390
Situação	3.802	3.775
Folga de imobilização	97.575	93.615

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013.

Resolução n° 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e

Resolução n° 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulars, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.

Índice da Basileia II e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/24, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/24	31/12/23
Patrimônio de referência	202.753	194.780
Índice de basileia	51,95%	51,89%
Nível I	42,12%	42,06%
Índice de imobilização basileia	1,88%	1,94%
Limite	101.377	97.390
Situação	3.802	3.775
Folga de imobilização	97.575	93.615

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013.

Resolução n° 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e

Resolução n° 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Refer

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A GOIASFOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ/MF 03.918.382/0001-25
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP: 74.005-010
Goiânia GO
Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("GoiásFomento")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("GoiásFomento")** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída relação à **GOIASFOMENTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Outros Assuntos

3.1) Relatório da Administração

A administração da **GOIASFOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

3.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

4) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação dúvida no valor de R\$ 8.014 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento.

Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação dúvida, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação dúvida, efetuarmos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requirementes previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 6.529 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIASFOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 16 Abril 2025, 08:05:19



Documento: BALANÇO GOIASFOMENTO_DIGITAL (1).Pdf

Número: 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7

Data da criação: 16 Abril 2025, 08:05:04

Hash do documento original (SHA256): 110093fbf92295f79928ee53bfeacf380204f847c29b2ad3c605b96611a2847c



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](#)

ZapSign 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 16 Abril 2025, 08:05:20



Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 4343c0de-18e6-4f5e-aea6-eb378e3cedd7. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.